

Mala Direta
Básica
9912390120/2016 – SE/SPM
AEASP
Correios

JORNAL DO ENGENHEIRO Agrônomo

ANO 52, Julho /Agosto de 2022, nº 326



IMPACTO NA ECONOMIA GLOBAL E NO AGRO SE APROFUNDA COM A GUERRA NA UCRÂNIA

Entrevista
Deputado Arnaldo Jardim
fala sobre o Fiagro

Agro sustentável
O promissor mercado
de carbono

06

Capa
Impacto na economia global e no agro se aprofunda com a guerra na Ucrânia

FOTO: ISTOCK

Notícias Agro

Legado | Anthero da Costa Santiago

Artigo | Pragas prioritárias

Conselho em Pauta

Entrevista | Arnaldo Jardim

Artigo | Parque Trianon e as seafórtias

Artigo | Reflexos da pandemia sobre as cadeias produtivas do agro

Agro Sustentável | O promissor mercado de carbono

Eventos AEASP

03

04

05

10

12

14

16

18

21

Eleições, guerra entre Ucrânia e Rússia, crise econômica e ampliação da pauta verde, com base nos princípios ESG (Environmental, Social and Governance) são os fatos que, neste momento, influenciam todos os setores econômicos do Brasil e do mundo, incluindo o agro. Não à toa, o 21º Congresso Abag trouxe como tema para este ano "Geopolítica, Segurança Alimentar e Interesses".

Com base nessa realidade, o Jornal do Engenheiro Agrônomo, como veículo setorial, conectado aos movimentos que impactam as atividades agropecuárias nas quais os engenheiros agrônomos se inserem, por meio de seu conselho editorial, selecionou como tema para suas principais reportagens deste mês uma avaliação com renomados especialistas sobre os impactos da guerra Rússia e Ucrânia para o agro brasileiro, nos curto e médio prazos, e um panorama do mercado de crédito de carbono no país. São conteúdos indispensáveis para que tenhamos a visão dos obstáculos e das oportunidades que se apresentam.

Este ano, a Abag entregou o Prêmio Ney Bittencourt de Araújo – Personalidade do Agronegócio – a Arnaldo Jardim, deputado federal e criador do Fundo de Investimentos para o Setor Agropecuário (Fiagro) e ex-secretário da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Nesta edição do JEA, entrevistamos o deputado para, dentre outras coisas, entender mais sobre o Fiagro. A Abag contemplou ainda a engenheira agrônoma Mariangela Hungria da Cunha, pesquisadora da Embrapa Soja, com o Prêmio Norman Borlaug – Sustentabilidade. O JEA também já entrevistou essa grande referência da agronomia.

Dando sequência à série de eventos que a AEASP vem realizando sobre diversos temas de interesse dos engenheiros agrônomos e do agro, para ampliar o conhecimento dos nossos associados, em maio realizamos a palestra "Sucessão Familiar no Agro", com o engenheiro agrônomo e especialista no tema Cláudio Pinheiro Machado Filho. O evento presencial, ocorrido na sede da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (Faesp), teve o apoio da própria Faesp, do Crea-SP e da Mútua e está disponível no canal do YouTube da AEASP, o AEASP Nova Geração.

A AEASP também está atenta ao aprimoramento de suas comunicações e essa gestão tem se reunido para planejar melhorias em nosso site e redes sociais. Em breve, traremos novidades.

Boa leitura!



FOTO: DIVULGAÇÃO

Henrique Mazotini

é presidente da Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo (AEASP)

AEASP participa de treinamento no Crea-SP

Com o objetivo de aprimorar os processos administrativos e a prestação de contas das associações com o Crea-SP, funcionários da AEASP participaram de dois treinamentos presenciais na sede do Crea-SP nos meses de maio e junho.

Os treinamentos foram para a Orientação da Prestação de Contas do Termo de Colaboração – Valorização 2021/2022 e Orientação e Elaboração do Plano de Trabalho do Termo de Colaboração – Valorização 2022/2023.



FOTO: DIVULGAÇÃO

Melhorias no site da AEASP

Um grupo de trabalho da Diretoria da AEASP esteve reunido no dia 5 de julho para avaliar o site da entidade, com o objetivo de aprimorar a plataforma, atualizar informações, simplificar e agilizar os serviços oferecidos. Os diretores fizeram uma análise minuciosa das suas páginas, para

averiguar o que deve ser alterado. Todos estão envolvidos em sua melhoria.

O site é uma forma importante de interação da AEASP com os seus associados e com os engenheiros agrônomos de forma geral. Outras reuniões estão programadas. Melhorias virão por aí.

Transição agroecológica na agricultura familiar

A Embrapa Pecuária Sudeste apresenta a riqueza de práticas agropecuárias que podem ser incorporadas em propriedades familiares, colaborando para um modelo de produção mais sustentável, voltado à transição agroecológica, em que técnicas de produção e ações de restauração integradas



augmentem a provisão de serviços ecossistêmicos. O conteúdo está à disposição para download no site da Embrapa Pecuária Sudeste. O texto apresenta estratégias para criação de uma paisagem rural diversificada, onde cultivos agrícolas, pastagens, florestas e as diversas

formas de vegetação natural produzam um mosaico favorável à biodiversidade. Muitas tecnologias disponíveis, consideradas como boas práticas agrícolas, podem auxiliar sistemas de produção convencionais avançarem no processo de transição agroecológica, ou seja, sistemas que buscam a integração com o ambiente, juntamente com justiça social e prosperidade econômica.

Banco genético de baunilhas

O Banco Genético da Embrapa, um dos cinco maiores repositórios do gênero do mundo, ganha sua primeira coleção de baunilha, uma das espécies mais cobiçadas pela gastronomia. Mais de 70 acessos (amostras) de orquídeas do gênero Vanilla compõem o primeiro banco de germoplasma de baunilhas do Brasil e o único do mundo a reunir um volume significativo de espécies da América do Sul. A

coleção permitirá benefícios importantes como apoiar o melhoramento genético ao fornecer genes de interesse agrônomo; subsidiar a domesticação da baunilha no Brasil, cuja produção ainda é extrativista; e até auxiliar na preservação de suas espécies. Apesar da sua importância, principalmente para o mercado gastronômico, a baunilha é encontrada em poucas coleções de germoplasma no

mundo. As de maior destaque são as do Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agrônoma para o Desenvolvimento (Cirad), instituição francesa que mantém 200 acessos de 30 espécies na Ilha da Reunião, e as coleções da Universidade da Califórnia, do Indian Institute of Spices Research (IISR) e a de alguns jardins botânicos.

*Fonte: Globo Rural



77ª edição da SOEA

A 77ª edição da Semana Oficial da Engenharia e da Agronomia - SOEA será realizada de 4 a 6 de outubro, de forma híbrida. Presencialmente, o evento ocorrerá em Goiânia (GO), no Centro de Convenções e, on-line, por uma plataforma digital a ser informada no site do Confea. O tema deste ano será: Tecnologia, Sustentabilidade e Responsabilidade Social para o Desenvolvimento Nacional.

A SOEA é o maior evento nacional da área tecnológica. Realizada desde 1940, o Sistema Confea-Crea, em parceria com a Mútua, promove o evento que reúne milhares de participantes dos quatro cantos do país, que debatem temas diretamente ligados ao desenvolvimento e à infraestrutura brasileira.

O evento é uma oportunidade para a troca de conhecimento e de informação e para atualização sobre as evoluções na área tecnológica, na representação profissional do Sistema e na atuação dos profissionais. Engenharia, agronomia e geociências estarão debatendo e propondo soluções para o futuro do Brasil.

Anthero da Costa Santiago

Exemplo de liderança forte e competente na defesa da agronomia e dos engenheiros agrônomos



OCTAVIO CAMARGO

No dia 10 de junho de 2022, o engenheiro agrônomo Anthero da Costa Santiago faleceu, aos 88 anos, na cidade de Campinas (SP), onde morava.

Santiago presidiu a Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo (AEASP) entre 1986 e 1988. Ele contava que, anos depois de ter deixado o cargo, ainda recebia cartões de Natal e telefonemas de colegas que se sentiam gratos pelos serviços que Anthero prestou quando esteve à frente da entidade. Isso se explica por conta de sua atuação marcada pela defesa da categoria agrônoma, envolvendo-se em causas relacionadas aos direitos trabalhistas e até ao recebimento de precatórios por parte dos colegas.

O ex-presidente da AEASP era figura tarimbada na Assembleia Legislativa do Estado, levando as demandas dos engenheiros agrônomos aos deputados estaduais, e criou várias delegacias da associação no interior do Estado. O espírito aguerrido e o bom relacionamento com os canais políticos fizeram dele uma liderança.

Natural de São Roque (SP), formou-se pela ESALQ, em 1958. Após a faculdade, o engenheiro agrônomo foi trabalhar em Lucélia (SP), na comissão especial de algodão, montada pela empresa Anderson Clayton. Na sequência, entrou para o serviço público, onde fez carreira, atuando, inicialmente, no Departamento de Engenharia e Mecânica da Agricultura (Dema) do Estado de São Paulo. Trabalhou na Seção

de Irrigação e Drenagem, principalmente com horta. Ainda desenvolveu atividades nas áreas de fotointerpretação, florestas e energia no meio rural com ênfase aos biodigestores. Foi também coordenador da Coordenadoria de Assistência Técnica Integrada (Cati), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

Entre as muitas atividades representativas que exerceu, Anthero Santiago foi presidente do Clube dos Agrônomos de Campinas (CAC), coordenador da Câmara de Agronomia do Crea-SP, fundador da Associação Protetora das Biodiversidades das Espécies (Proesp), diretor da Associação dos Assistentes Agropecuários do Estado de São Paulo (Agroesp), diretor do Grupo Escoteiro Craós de Campinas, sendo responsável pelo projeto e construção da sede do grupo.

Santiago teve publicado cerca de 80 trabalhos, entre apostilas, comunicados técnicos, boletins sobre assuntos variados, predominando recursos naturais renováveis. E foi autor o livro "Desenho e Topografia", publicado pelo Instituto Campineiro de Ensino Agrícola.

Em 23 de julho, o Clube dos Agrônomos de Campinas prestou homenagem ao Engenheiro Agrônomo Anthero da Costa Santiago, com plantio de árvore e inauguração de Espaço Social em seu nome.

A AEASP presta sua homenagem e oferece suas condolências à família de Santiago, que deixa esposa, filhos e netos.



Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo
http://www.aeasp.org.br

Filiada à Confederação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil

Agrônomo

Órgão de divulgação da Associação de Eng. Agrônomos do Estado de São Paulo

GESTÃO PARA O TRIÊNIO 2022/2024

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente Henrique Mazotini
Vice-Presidente Carlos Gomes dos Santos Cortes

Diretora Administrativa Ana Meire Coelho Figueiredo
Diretora Administrativa Adjunta Francisca Ramos de Queiroz
Diretor Financeiro Celso Roberto Panzani
Diretor Financeiro Adjunto José Eduardo Abramides Testa
Diretora de Comunicação Social Tais Tostes Graziano
Diretora de Atividades Promocionais Waldenilza Monteiro Vital Alfonsi
Diretor de Valorização Profissional Luis Roberto Graça Favoretto
Diretor de Valorização Profissional Adjunto Glauco Eduardo Pereira Cortez
Diretora de Valorização Profissional Adjunta Gisele Herbst Vazquez

CONSELHO DELIBERATIVO

Aldir Alves Teixeira
Angelo Petto Netto
Arlei Arnaldo Madeira
Arnaldo Antonio Bortoletto
Daniel Antonio Salati Marcondes
Décio Zylbersztajn
Fernando Gallina
Guilherme Luiz Guimarães
José Augusto Maiorano
Luiz Antonio Pinazza
Pedro Shigueru Katayama

CONSELHO FISCAL

TITULARES:
Celso Luiz Rodrigues Vegro
Diogenes Kassaoka
Renata Íride Longo

Suplentes:

Benedito Eurico das Neves Filho
Cássio Roberto de Oliveira

JORNAL DO ENGENHEIRO AGRÔNOMO

CONSELHO EDITORIAL
Tais Tostes Graziano (Coordenação)
Adriana Mascarette Labinas
Ana Meire C. Figueiredo
Gisele Herbst Vazquez
Guilherme Luiz Guimarães
João Sereno Lammel

Secretária

Alessandra Copque

Jornalista Responsável:

Adriana Ferreira (MTB 42376)

Produção: Acerta Comunicação

Revisão: Verônica Zanatta

Diagramação: iaiáDesign

Projeto Gráfico: Janaina Cavalcanti

Foto da Capa: istok

Tiragem

3 mil exemplares

Os artigos assinados e opiniões expressas nas matérias e entrevistas deste veículo não refletem necessariamente os posicionamentos da Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo.

Pragas prioritárias

*Tulio Teixeira de Oliveira

Como a análise de um pedido de registro é priorizada em razão de algumas situações preestabelecidas na Portaria 581/2022, os alvos principais do registro precisam ser apresentados de forma oficial. Pois bem, saiu a 1ª listagem das pragas consideradas prioritárias, veja a tabela. São 8 insetos, 4 bactérias, 3 ervas daninhas, 3 fungos e 2 ácaros.

1. Amaranthus palmeri	Caruru-palmeri	Erva
2. Bemisia tabaci	Mosca branca	Inseto
3. Xanthomonas citri	Cancro cítrico	Bactéria
4. Ralstonia solanacearum raça 2	Moko da bananeira	Bactéria
5. Candidatus liberibacter asiaticus	Greening/HLB/Amarelão	Bactéria
6. Schizotetranychus hindustanicus	Acaro-hindustânico	Ácaro
7. Ceratitis capitata	Mosca das frutas	Inseto
8. Bactrocera carambolae	Mosca-da-carambola	Inseto
9. Helicoverpa armigera	Lagarta armigera	Inseto
10. Spodoptera frugiperda	Lagarta-do-cartucho	Inseto
11. Tetranychus urticae	Ácaro rajado	Ácaro
12. Botrytis cinerea	Mofo cinzento	Fungo
13. Xanthomonas campestris pv viticola	Cancro bacteriano	Bactéria
14. Raphanus sativus (nabiça)	Nabo/Nabiça/Rábano	Erva
15. Sclerotinia sclerotiorum	Mofo branco/Podridão	Fungo
16. Anastrepha fraterculus	Mosca das frutas	Inseto
17. Oryza sativa	Arroz vermelho	Erva
18. Diaphorina citri	Psíldeo asiático	Inseto
19. Phakopsora pachyrhizi	Ferrugem asiática	Fungo

É mister informar ao público que o governo sempre produziu listagem das pragas que causam evidentes danos às lavouras, para orientação dos agricultores e das empresas registrantes de produtos.

Desta feita, entretanto, foi realizado um esforço concentrado para o qual foram reunidos os melhores especialistas do país na matéria. A tarefa inicial foi listar as pragas de maior risco fitossanitário.

Foram, então, escolhidas 83 pragas. Para maior conhecimento de todos, essas pragas foram hierarquizadas em três níveis de risco fitossanitário: muito alto, alto e médio.

A partir daí, o Ministério da Agricultura resolveu montar um esquema de pontuação para dar prioridade a pedidos de registro da fila de espera. A fórmula para contagem de pontos considera: (a) tempo de submissão, (b) quantidade de pragas prioritárias, (c) inovação (ingrediente ativo novo, por exemplo), (d) fabricação nacional, (e) número atual de fornecedores, além de regras adicionais.

Louvamos aqui todo o trabalho de organização das listas

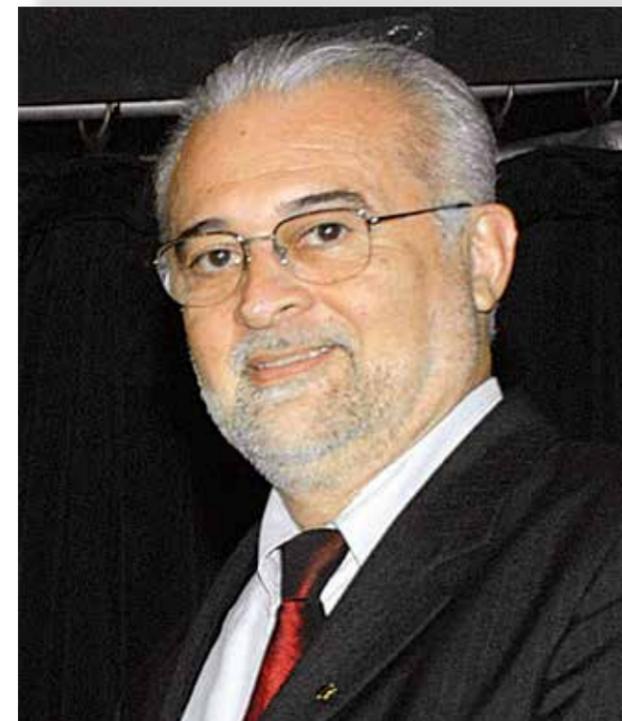


FOTO: DIVULGAÇÃO

das pragas, tendo com escopo o nível de risco para a agricultura. Mas uma indagação vem à tona: é preciso priorizar pedidos de registros? Não seria mais lógico contratar mais técnicos analistas dos processos?

Ora, vivemos em uma democracia e essa priorização parece contrariar o direito de escolha da empresa registrante. Mas há casos em que nos leva a pensar duas vezes. Veja esse fato: Um acidentado chega ao hospital para ser socorrido, você prioriza ou deixa morrer?

No caso das pragas, se a situação for tão gravosa, cremos que seria mais razoável utilizar a legislação da emergência e indicar produtos eficazes, mesmo que não estejam registrados.

De mais a mais, essas pragas classificadas como prioritárias já entravam na mira das empresas para registro por, hipoteticamente, levar a mais vendas, não é preciso o governo pedir.

Somos contra é com essa pontuação para "furar a fila" dos pleitos de registro, formada pela incompetência ou mal dimensionamento da estrutura governamental do setor, sejam claros.

*Tulio Teixeira de Oliveira é engenheiro agrônomo
www.aenda.org.br / aenda@aenda.org.br

A E N D A
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DEFENSIVOS PÓS-PATENTE

O agro tem impacto aprofundado com a Guerra na Ucrânia

Segurança alimentar e energética e o meio ambiente sofrem as consequências mais relevantes

Por *Claudeci Martins*

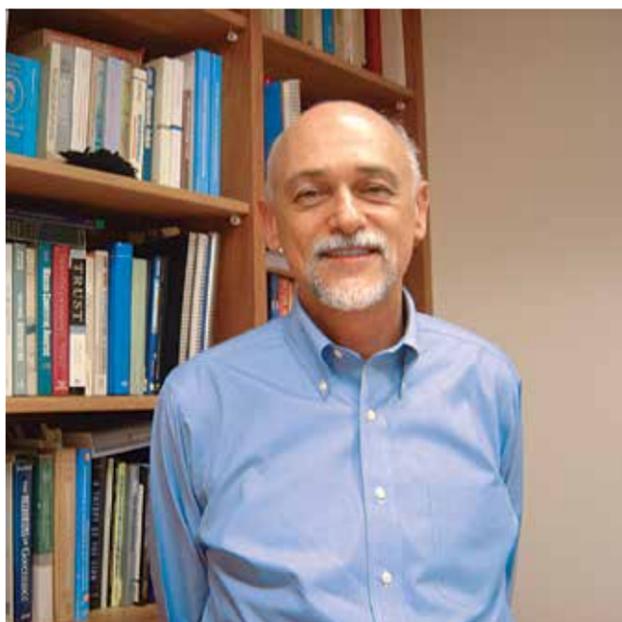
Os efeitos da guerra na Ucrânia se sobrepõem aos já ocasionados pela pandemia e continuam a impactar o setor agropecuário nacional com reflexos na segurança alimentar e energética e na próxima safra brasileira. Essa é a avaliação de Decio Zylbersztajn, engenheiro agrônomo com PhD em Economia, e de Roberto Rodrigues, engenheiro agrônomo e coordenador do Centro de Agronegócio na Escola de Economia de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas-FGV Agro.

Entre os principais impactos, está a oferta de fertilizantes nitrogenados e a disponibilidade de grãos, já que a Ucrânia é uma importante produtora mundial dos dois produtos, destaca Zylbersztajn, professor titular da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA/USP) e engenheiro agrônomo pela ESALQ-USP. “A guerra causou uma ruptura no mercado internacional elevando drasticamente o preço dos insumos, o que já pesa na próxima safra. Essa ruptura também provoca uma série de instabilidades, inclusive com impactos negativos para os países competidores.”

O Brasil figura entre os países competidores internacionais da Ucrânia na oferta de grãos. “No curto prazo, o Brasil tem a oportunidade de suprir alguns dos destinos que a Ucrânia abastece. Entretanto, essa ruptura não é boa para o mercado”, avalia Zylbersztajn. Ele relata que teve a oportunidade de visitar áreas agrícolas da Ucrânia e comenta: “São solos excelentes, muito apropriados para agricultura e com uso de alta tecnologia”.

Para Rodrigues, que foi secretário de Agricultura do Estado de São Paulo (1993/1994) e ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2003/2006), o impacto da pandemia foi superior ao ocasionado pela atual crise internacional. Durante a pandemia de Covid, os preços (em dólar) dos alimentos foram impulsionados pela demanda dos países não autossuficientes e subiram no mundo todo. “Esses países correram para o mercado que estava com estoques baixos. Essa demanda alta produziu inflação de alimentos, sobretudo nos países não produtores.” Com a guerra, “aumentou a crise ocasionada pela pandemia”.

Com a procura crescente por alimentos, houve aumento da área plantada e demanda por fertilizantes, sementes, máquinas, peças, defensivos agrícolas, entre outros insumos,



Decio Zylbersztajn, engenheiro agrônomo e professor titular da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA/USP)

destaca Rodrigues. Por conta disso, os custos agrícolas se elevaram pela oferta insuficiente desses produtos. “Parte da cadeia produtiva ficou arruinada em alguns momentos; muitos produtores quebraram.”

Ele exemplifica com o caso do potássio importado da Bielorrússia (18%). O embargo sofrido pelo país impactou a produção local. Ainda assim, a “crise de suprimento de fertilizantes não é tão grave quanto a elevação dos custos de produção da próxima safra (setembro, outubro e novembro), que será 40% superior ao verificado no mesmo período de 2021”.

Em resposta encaminhada pela Coordenação-Geral de Imprensa, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) avalia que o cenário internacional “trouxe riscos de escassez e distorceu os preços dos insumos”. De acordo com o Mapa, “não houve interrupção das importações de

ARQUIVO PESSOAL



DIVULGAÇÃO

fertilizantes russos, mas o conflito contribuiu com a elevação de preços e o impacto nos custos do produtor brasileiro”. O órgão ainda informa que o governo instituiu o Plano Nacional de Fertilizantes para reduzir a dependência de importação de fertilizantes de 85% para 50% em 2050.

Em maio deste ano, conforme levantamento da Secretaria de Comércio de Relações Internacionais, as importações de fertilizantes somaram US\$ 3,11 bilhões (alta de 277,8%) e o volume importado foi de 4,07 milhões de toneladas (aumento 56,7%). O incremento das importações, no período de um ano, se deve, principalmente, à elevação do preço médio de aquisição da tonelada, que chegou a US\$ 763,9 por tonelada (alta de 141,2%).

Em maio de 2022, os cinco principais países fornecedores de fertilizantes para o Brasil foram: Rússia (US\$ 881,10 milhões; 28,4% de participação); Canadá (US\$ 373,09 milhões; 12,0% de participação); Marrocos (US\$ 364,60 milhões; 11,7% de participação); Estados Unidos (US\$ 152,02 milhões; 4,9% de participação); e Omã (US\$ 141,30 milhões; 4,5% de participação).

Em relação à crise energética, dados da Associação dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace) apontam que o Brasil tem a segunda conta de luz mais cara do mundo; o campeão é a Colômbia. A crise energética no mercado “expõe de forma muito clara o grau de insegurança alimentar que o mundo tem em termos de suprimentos de grãos”, alerta Zylbersztajn. E acrescenta: “A bandeira vermelha foi hasteada; é um problema para todos os países produtores e consumidores”.

O Brasil voltou ao Mapa da Fome, da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2018. Pesquisa da Rede Penssan (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar), de 2022, registra que 58,7% da população brasileira convive com insegurança alimentar e 33,1 milhões estão passando fome (subiu de 9% para 15,5% em um ano).

Para Rodrigues, a fome pode ser mitigada “com choque de oferta de alimentos e consequente redução da inflação sobre o preço dos alimentos”. Salienta que a safra “de 300 milhões de grãos vai mitigar o cenário de escassez de alimento”. Já a redução da oferta de grãos (especialmente trigo e milho para a Europa) feita pela Rússia e Ucrânia, dois países com elevado suprimento mundial de grãos, conturba o cenário mundial.

O Plano Safra 2022/2023 do governo federal disponibilizou R\$ 340,88 bilhões à produção agropecuária brasileira

até junho do próximo ano. Aos pequenos produtores rurais, destinou R\$ 53,61 bilhões; já o apoio ao médio produtor rural foi de R\$ 43,75 bilhões. “Os recursos do Plano Safra foram os possíveis; não os necessários”, afirma Rodrigues. Argumenta que a insegurança alimentar traz riscos à paz e cita o caso do Sri Lanka. “Onde tem fome, não tem paz.”

Para Zylbersztajn, o país tem atuado num ponto crucial: “Garantindo a continuidade de uma agricultura pujante e de alta produtividade.” Mas tem feito a lição de forma parcial, salienta. Embora o governo tenha liberado recurso considerável para o financiamento do Plano Safra, desconsiderou outros aspectos sérios da questão. O corte de recursos para pesquisas é um de-



Roberto Rodrigues, engenheiro agrônomo, ex-ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e coordenador do Centro de Agronegócio na Escola de Economia de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas-FGV Agro

DIVULGAÇÃO

les. "Não teremos condição de manter a pujança na agricultura se nós não mantivermos os recursos para o sistema de pesquisa, que envolve não apenas a Embrapa, mas as universidades estaduais e federais.

No enfrentamento dessa crise global, o fato de o governo federal liberar recursos para o agro é medida insuficiente, salienta Zylbersztajn. "É cumprir com a obrigação." O esperado é "apaziguar a situação, aumentar o grau de confiança de agentes econômicos, dar força às instituições e se posicionar no mercado internacional de maneira positiva para trazer retorno ao país". No entanto, tem ocorrido exatamente o contrário.

O Brasil tem perdido seu papel histórico no cenário internacional, avalia Zylbersztajn. "São sofríveis as medidas que o governo tem adotado". Para Rodrigues, o governo "fez o que foi possível com o Plano Safra, crédito agrícola, seguro rural. Mas precisa fazer mais para resolver a questão da fome: gerar empregos, investir e fazer projetos estratégicos".

O elo mais frágil da cadeia produtiva do agro é o de pequenos e médios produtores, apontam Rodrigues e Zylbersztajn. Rodrigues sublinha que "tem de melhorar as condições para os pequenos produtores com ações concretas". Zylbersztajn reforça que "todo suporte para esse produtor é fundamental como também manter a estrutura de extensão rural, que vem perdendo espaço nos últimos anos".

Uma das lições a se tirar do conflito internacional é a necessidade de aumentar a eficiência no uso dos insumos, enfatiza Zylbersztajn. "Temos a cultura do desperdício, principalmente de fertilizantes." A diminuição das perdas já era uma das grandes preocupações nos anos 1980. "Há tecnologias, na área dos nitrogenados em particular, para evitar perda de insumos importantes e, inclusive, de melhorar a qualidade do uso dos produtos (água e fertilizantes).

Já Rodrigues antevê mudanças nas cadeias produtivas, que passarão a ter um olhar no mercado regional, em contraponto com o globalizado, e na dinâmica entre o Ocidente e a Ásia. Observa que a "marcha da gestão tradicional para o modelo de economia verde deu uma freada. O tema ambiental, que vinha num crescendo, sofreu embargos". A questão alimentar "será a prioridade no mundo". Sua expectativa é que o conflito se encerre em breve e "a normalidade volte a fluir com boas safras".

Os dois especialistas dizem que a pandemia também trouxe mudanças que vieram para ficar. Entre elas, estão alterações de padrão de consumo e de logística da distribuição dos produtos nas grandes cidades, a necessidade de adotar o trabalho remoto nos sistemas agroindustriais e o uso de novas tecnologias de comunicação e de conexão.

Rodrigues e Zylbersztajn já foram agraciados com prêmio "Deusa Ceres" como Engenheiro Agrônomo do Ano. A homenagem foi criada pela Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo (AEASP) em 1973, sendo uma das premiações mais tradicionais do agro.

Diante da eleição que se avizinha, Rodrigues gostaria que os candidatos presidenciais "fizessem interlocução com os setores produtivos para debater ideias, projetos, demandas e expectativas".



tra preocupação é conceder "redução ou isenção tributária aos pequenos produtores para compensar as perdas determinadas pela pandemia e pela guerra".

Embora a duração da guerra seja imprevisível, os prognósticos dos efeitos são perceptíveis. "Já afetou duramente a segurança alimentar e energética do mundo todo", afirma Rodrigues. "Felizmente, o Brasil tem 44% de energia renovável; a Europa tem 15%. Se o conflito internacional

se estender até o inverno, a situação europeia pode ficar dramática."

Uma das lições a se tirar do conflito internacional é a necessidade de aumentar a eficiência no uso dos insumos, enfatiza Zylbersztajn. "Temos a cultura do desperdício, principalmente de fertilizantes." A diminuição das perdas já era uma das grandes preocupações nos anos 1980. "Há tecnologias, na área dos nitrogenados em particular, para evitar perda de insumos importantes e, inclusive, de melhorar a qualidade do uso dos produtos (água e fertilizantes).

Já Rodrigues antevê mudanças nas cadeias produtivas, que passarão a ter um olhar no mercado regional, em contraponto com o globalizado, e na dinâmica entre o Ocidente e a Ásia. Observa que a "marcha da gestão tradicional para o modelo de economia verde deu uma freada. O tema ambiental, que vinha num crescendo, sofreu embargos". A questão alimentar "será a prioridade no mundo". Sua expectativa é que o conflito se encerre em breve e "a normalidade volte a fluir com boas safras".

Os dois especialistas dizem que a pandemia também trouxe mudanças que vieram para ficar. Entre elas, estão alterações de padrão de consumo e de logística da distribuição dos produtos nas grandes cidades, a necessidade de adotar o trabalho remoto nos sistemas agroindustriais e o uso de novas tecnologias de comunicação e de conexão.

Rodrigues e Zylbersztajn já foram agraciados com prêmio "Deusa Ceres" como Engenheiro Agrônomo do Ano. A homenagem foi criada pela Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo (AEASP) em 1973, sendo uma das premiações mais tradicionais do agro.

Diante da eleição que se avizinha, Rodrigues gostaria que os candidatos presidenciais "fizessem interlocução com os setores produtivos para debater ideias, projetos, demandas e expectativas".

Quem tem registro no Crea tem mais facilidade para encarar os desafios de cada dia. Basta se associar à Mútua.

A Mútua - Caixa de Assistência dos Profissionais do Crea foi criada com o objetivo de oferecer benefícios e qualidade de vida aos seus associados. Disponibiliza benefícios reembolsáveis com juros a partir de 0,3% a.m.¹ e benefícios sociais de caráter não reembolsável, mantidos pelo pagamento das anuidades. Planos de saúde e previdência privada também estão dentro do portfólio de vantagens oferecidas pela Mútua. Além de descontos e convênios com diversas marcas para você economizar. **Tudo isso ao seu alcance.**

Benefícios Reembolsáveis



Ajuda Mútua

Auxílio financeiro mensal ao associado que se encontra, temporariamente, desempregado, em caso de invalidez temporária ou, no caso de profissionais liberais, com falta eventual de trabalho.

Financiamentos de até **5 salários mínimos / mês**

Juros a partir de **0,2% a.m. + correção***

Reembolso em até **24 meses**



Equipa Bem

Feito para quem quer investir na profissão e adquirir: veículos, equipamentos, máquinas, aparelhos eletrônicos, softwares, imóveis, reformas, aquisição de energias renováveis e muito mais!

Financiamentos de até **80 salários mínimos**

Juros a partir de **0,2% a.m. + correção***

Reembolso em até **42 meses**



Garante Saúde

Benefício aos associados que precisam de assistência médica, hospitalar, odontológica, custeio de planos de saúde e aquisição de medicamentos.

Financiamentos de até **80 salários mínimos**

Juros a partir de **0,2% a.m. + correção***

Reembolso em até **36 meses**



Férias Mais

Ninguém vive somente de trabalho, pois é importante levar uma vida mais saudável e equilibrada. Com esse auxílio, a Mútua te ajuda a tirar suas férias do papel.

Financiamentos de até **40 salários mínimos**

Juros a partir de **0,2% a.m. + correção***

Reembolso em até **30 meses**

¹ Será utilizado o menor índice, na comparação entre a média do INPC, IGPM e IPCA e da poupança

*As condições e regras podem ser diferentes para cada benefício. Acesse www.mutua.com.br/beneficios e confira as aplicações, particularidades e regulamentos de cada um.

Benefícios Sociais

Pecuniário

Ajuda por meio de auxílio financeiro mensal ao associado carente de recursos, em evidente necessidade de sobrevivência.

Até **3** salários mínimos

Por até **4** meses

Prorrogável por até **12** meses

Pecúlio

Garante o pagamento de indenização ao(s) beneficiário(s), em caso de falecimento do associado.

Morte natural **R\$ 20.000**

Morte acidental **R\$ 40.000**

Funerário

Garante o pagamento de indenização de auxílio funeral àquele que custear os respectivos encargos.

Até **R\$ 6.000**



Rua Nestor Pestana nº 87 - Sobreloja - Consolação
São Paulo-SP - CEP: 01.303-010 - sp@mutua.com.br
LIGUE 0800 770 5558 (somente SP)

A engenharia das soft skills, o verdadeiro diferencial na profissão

As oportunidades de atuação seguem diversas, mas a exigência por mão de obra qualificada se tornou ainda mais exigente

*Ricardo Klein Schweder



FOTO: DIVULGAÇÃO

Os setores da economia demandam cada vez mais da área tecnológica, criando uma carência por engenheiros no mercado. Em 2012, quando o Brasil se preparava para receber a Copa do Mundo e uma série de acontecimentos acelerava o desenvolvimento do país, o Sistema Confea/Crea já apontava que os cerca de 40 mil profissionais formados anualmente nas diferentes modalidades das Engenharias, Agronomia e Geociências não eram suficientes para acompanhar e propiciar devidamente tamanho crescimento.

Desde então, a necessidade só ampliou. Hoje, se discute ainda mais a missão da engenharia na criação de soluções para problemas sociais, populacionais e globais, como habitação, insegurança alimentar e emergências climáticas, ao mesmo tempo em que o mercado busca por tecnologias emergentes. As oportunidades de atuação seguem diversas pela infinidade de possibilidades dessa evolução constante. Por outro lado, a requisição por mão de obra qualificada foi refinada, ficando ainda mais exigente.

A própria área de Recursos Humanos (RH) precisou acompanhar a digitalização para otimizar processos. Atualmente, uma ferramenta de people analytics pode fazer a análise de dados do público interno, para a tomada de decisões, identificando perfis e comportamentos, além de indicar melhores formatos de comunicação, benefícios mais interessantes e formas de cuidar do bem-estar dos colaboradores.

Há também o uso da inteligência artificial para seleção de candidatos com base em indicadores e palavras-chaves preestabelecidas, como o modelo utilizado pelo LinkedIn para indicação de oportunidades para usuários e de profissionais para recrutadores, por exemplo. Fora o processo seletivo informatizado, que não depende mais de um ambiente corporativo físico – e sim virtual – para etapas de testes, entrevistas e contratação. Se o RH, que sempre foi mais dependente de interferência humana em tarefas menos automatizadas, está demandando tais soluções, imagine as outras áreas.

O setor tecnológico se faz essencial, afinal é ele que provê dados e soluções para a tomada de decisão e de ação.

Tanto é que esses avanços têm sido considerados moldadores de uma nova configuração de trabalho que prioriza a produtividade a partir da automação, da aquisição de talentos, da colaboração e do cuidado com a saúde mental e física dos envolvidos, conforme publicação do Instituto de Previsão da Malásia. Então, nada mais natural que essa transformação levasse também ao surgimento de mais exigências por novas habilidades e capacitações de um engenheiro, agrônomo ou geocientista. O profissional precisa estar adequado a essa realidade.

Com isso, a formação por si só não é mais o principal fator competitivo. Habilidades extras passam a ser o verdadeiro diferencial. No lado das universidades, o grande desafio é a educação, uma vez que o espaço acadêmico tem papel fundamental na construção do pensamento técnico e inovador, mas dificilmente poderá preparar o profissional integralmente. O que significa que a responsabilidade de sair à frente e preparado para o mercado é desse profissional.

Como fazer isso? Investindo em competências não palpáveis relacionadas à visão de mundo e ao perfil comportamental e interpessoal do indivíduo, conhecidas como soft skills. De forma simplista, o entendimento sobre soft skills parte de duas questões centrais: “O que eu preciso para chegar aonde desejo? O que vai me diferenciar?”.

Isso vale tanto para pessoas quanto para empresas: um líder visa à contratação do melhor candidato para o melhor desempenho da corporação diante da concorrência; enquanto o ingressante precisa atrair para si mesmo o olhar do recrutador, de modo a se destacar entre outros que possuem a mesma formação e se destinam à mesma área de atuação, para conquistar sua posição na empresa. Da mesma forma, com carência de mão de obra na área tecnológica, o profissional busca empresas que oferecem uma cultura e benefícios que mais o atraem.

Contudo, não se deixe enganar pela denominação suave (do inglês soft). Essas aptidões resultam de adaptações

a longo prazo. O espírito de protagonismo e liderança, a curiosidade e a capacidade de resiliência ditam o sucesso desse processo, inspirando iniciativas de mudança.

A transformação geracional pode ser vista ainda na flexibilidade almejada pelos profissionais e um exemplo claro disso é o formato remoto ou híbrido de trabalho que se expandiu no pós-pandemia dentro e fora do Brasil, sendo hoje o modelo preferido de trabalho para muitos profissionais. Sem a obrigatoriedade de deslocamento cinco ou seis vezes por semana, a viabilidade de dedicação para os valores da vida pessoal é ampliada, tornando-se mais atraente.

Para o futuro, muitas novidades devem surgir. A tendência que se projeta é que o número de pessoas que buscam

desenvolver outros projetos em paralelo a um trabalho efetivo ou atuar com prestação de serviços para mais de um contratante aumente. Isso porque o vínculo entre empresa e empregado tem sido reduzido gradativamente. A descentralização tem se mostrado financeiramente viável para ambos, ainda que mais presente no setor privado do que no público, que tem regulações um pouco mais limitantes para a aquisição de produtos e serviços por terceiros.

O que se espera nesse caminho é a adoção da engenharia como ideal de desenvolvimento pessoal, não apenas técnico, mas cultural também. Ou seja, a evolução dos próprios profissionais em verdadeiros agentes de toda essa transformação.

Arborização Urbana é tema de Fórum em São Paulo

Técnicos e gestores se reuniram na sede do Crea-SP para debater as dificuldades e compartilhar as iniciativas bem-sucedidas



FOTO: DIVULGAÇÃO

Em junho, o Crea-SP realizou o Fórum Estadual de Arborização Urbana. Os entraves para a boa gestão da arborização urbana, os avanços, a legislação do Estado de São Paulo e os bons exemplos da área foram alguns dos temas abordados durante o evento, que ocorreu na sede do Conselho.

Gestores públicos e profissionais das áreas técnicas compunham o perfil dos participantes. Com o avanço das palestras, ficou claro o consenso sobre o papel essencial de responsáveis técnicos à frente de atividades que envolvam projetos, plantios, podas, transplantes, manejos e supressão de árvores.

A diretora administrativa da AEASP, Ana Meire Figueiredo, foi responsável pela organização do Fórum de Arborização Urbana, na condição de coordenadora do Comitê Multidisciplinar de Arborização Urbana do Crea-SP. Na ocasião, ela festejou os resultados do trabalho realizado pelo grupo. “Idealizávamos esse evento desde 2019, mas chegou a pandemia e tivemos de adiar. Neste ano, colhemos diversos frutos desse trabalho, como a fiscalização do Crea-SP no setor de arborização das prefeituras e a concretização desse encontro”, disse.

Representando a vice-presidente no exercício da presidência do Conselho, Lígia Marta Mackey, o diretor

administrativo do Crea-SP, Mamede Abou Dehn Júnior, destacou que o conteúdo apresentado pode ser replicado nas cidades pelos profissionais da área tecnológica, pois a arborização contribui para mais qualidade de vida para a sociedade.

Na avaliação da superintendente de Fiscalização do Conselho, Maria Edith dos Santos, a arborização é uma questão de saúde pública, e, em sua palestra, ela compartilhou os resultados parciais da fiscalização na área. Edith informou que, ao todo, foram 358 prefeituras oficiadas pelo Crea-SP, das quais 285 respostas seguem em análise.

“Após o relatório do Comitê, identificamos a necessidade de intensificar a atuação dos agentes fiscais nessas atividades. Prefeituras, empresas prestadoras de serviços de poda e corte de árvores e concessionárias de energia estiveram no foco da fiscalização”, salientou a superintendente.

Compuseram a mesa de abertura, ainda, a coordenadora da Câmara Especializada de Agronomia (CEA), Adriana Mascaretti, e o assessor da presidência do Crea-SP, Daniel Montagnoli Robles. A programação trouxe ainda exemplos de boas práticas para servir de inspiração aos profissionais da área tecnológica.

Fonte: CDI Comunicação/Crea-SP

Arnaldo Jardim

O deputado que faz parte da Frente Parlamentar Agropecuária, autor do projeto que cria o Fiagro, explica como a iniciativa tem beneficiado o agro

Por Jaqueline Braz

Arnaldo Jardim é formado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da USP. Atualmente, exerce seu quarto mandato de deputado federal por São Paulo, pelo partido Cidadania. Foi eleito pela primeira vez em 1998 e já foi secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Ele integra ainda a Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), a Frente Parlamentar em Defesa do Setor Agropecuário e a Comissão de Agricultura.

O deputado possui uma relação muito antiga com o agronegócio por conta de sua origem, ele nasceu na pequena Altinópolis, interior de São Paulo, entre Franca e Ribeirão Preto. É conhecida como a cidade do café. Em sua família, passando pelo pai e o avô paterno, todos lidaram com a pecuária leiteira, montaram um pequeno laticínio que existiu em diferentes cidades da região. “Essa vivência é de origem, é de raiz”, comenta ele.

Ele foi relator da Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e, em 2020, apresentou o Projeto de Lei 5191/20 do Fiagro - Fundo de Investimento em Cadeias Agroindustriais. O objetivo do Fiagro é criar instrumentos no mercado de capitais para financiar a produção agropecuária, em vez de se recorrer ao Tesouro. A ideia é aproveitar instrumento que já existe – os fundos de investimentos imobiliários (instituídos pela Lei 8.668/93) – para captar recursos e fomentar o setor agropecuário. Nesta entrevista, ele nos atualiza sobre os mais importantes projetos do agro e fala dos avanços do Fiagro.



FOTO: DIVULGAÇÃO

Como tem sido o trabalho na Frente Parlamentar do Agronegócio?

Nós, na FPA, temos tido uma preocupação básica com eixos que são os fundamentais para desenvolver o setor. Primeiro, a questão da inovação. Por isso, temos buscado desenvolver um trabalho de apoio à pesquisa com o fortalecimento da Embrapa junto com os institutos de pesquisas estaduais. Em São Paulo, temos institutos maravilhosos que fazem um trabalho espetacular. Também buscamos parcerias entre os institutos públicos com o setor privado. Depois, temos o capítulo importante que é o de logística. Fico contente porque acabei assumindo a frente na diretoria, dentro da FPA, de infraestrutura e logística. Ali, discutimos questões relativas a escoamento, novos modais de transportes, tivemos uma proatividade para o novo marco regulatório para autorizações ferroviárias, temos discutido linhas de financiamento para armazenagem, e assim por diante. E o terceiro item é o financiamento do setor. Além de lutar pelo Plano Safra, nós temos buscado manter no Plano Safra juros controlados nos seguimentos que mais precisam, pequeno agricultor e agricultura familiar. Temos buscado avançar na questão do seguro, achamos que esse é o caminho que vai nos permitir nos emanciparmos do ponto de vista de um planejamento mais estruturado.

Conte sobre as origens do Fiagro, como e por que decidiu elaborar o projeto, a quais demandas buscava atender?

Precisamos de novas alternativas de financiamento do setor, foi aí que surgiu o Fiagro. Um debate que fizemos depois que votamos a nova lei do agro que estabeleceu o patrimônio de afetação, o fortalecimento das CPRs [Cédulas de Produto Rural] e o Fundo de Aval, vimos a necessidade de um instrumento. Surge daí a ideia do Fiagro. Desenvolvemos isso em debate com os setores do governo, com entidades do agro e eu acabei tendo o privilégio de ser autor dessa proposta que instituiu os fundos de investimentos do setor agro.

Como avalia a evolução deste instrumento de crédito?

Quero destacar a rápida e importante tramitação que teve o Fiagro. Foi um dos projetos que com mais celeridade tramitou no Congresso Nacional, na Câmara e no Senado. Depois dessa tramitação, conseguimos a anuência e sanção pelo presidente. A primeira sanção veio com alguns vetos, que conseguimos depois discutir com o próprio governo e derrubamos em sessão do Congresso Nacional. Após isso, a sanção definitiva e a CVM – Comissão de Valores Imobiliários –, que é quem disciplina a questão de fundos de investimentos, deu também um tratamento prioritário. Num procedimento que muitas vezes leva anos, conseguimos que saísse uma regulamentação provisória para o Fiagro em um mês. O resultado tem sido muito bacana. O Fiagro, não tenho dúvida, já está amadurecendo e será a grande transformação para o financiamento do setor agropecuário.

Como o agricultor pode acessar juros mais baixos?

Consideramos que duas vertentes devem ser buscadas. Para manter uma política de juros mais acessíveis para o setor se desenvolver, é preciso ampliar as fontes de financiamento. Casa com isso, por exemplo, a prioridade que demos a cooperativas de crédito. Muitos sabem que, há onze anos, fui o relator daquilo que se transformou na Lei 130, que foi uma grande dinamizadora do setor do cooperativismo de crédito. A partir daí, conseguimos uma grande evolução do cooperativismo de crédito, que é responsável por 3% do crédito nacional. Evoluímos para que isso hoje fosse 10% do crédito feito. Sou o autor para aperfeiçoar a

Lei do Cooperativismo de Crédito e, recentemente, conseguimos aprovar. Teremos a sanção e o cooperativismo de crédito, que hoje já responde por 10% do crédito nacional; com esse impulso, poderá crescer ainda mais e será uma das alternativas para diminuir juros para o setor e depois para o próprio Fiagro.

Quais as principais culturas beneficiadas e outras formas de acesso ao Fiagro?

O Fiagro tem uma característica muito interessante porque ele não só viabiliza uma aplicação de recursos no setor agropecuário, mas dá a oportunidade para que o pequeno poupador, pequeno investidor, o médio investidor possam também investir no agro. O paralelo mais próximo que temos no Fiagro são os fundos imobiliários. São instrumentos que viabilizaram a construção de apartamentos, supermercados, hospitais e investimentos imobiliários. Muitos vieram, no tempo de juros baixos, uma alternativa muito mais rentável do que a própria caderneta de poupança. Serão vendidas cotas e os investidores serão pequeno, médio e grande investidores. Hoje, com os primeiros Fiagros, já temos cerca de 50 mil pessoas que adquiriram cotas. É assim que se capta recursos. As pessoas aplicam num fundo de investimento do setor agro. O outro lado é onde esse dinheiro será investido de diferentes formas, como em papéis como os CRAs. Ganham o investidor e o produtor.

E quanto aos fundos, como funcionam?

Os fundos vão se constituir a partir de terras, são fundos de imóveis. Somam-se várias terras geridas pelos fundos. E temos alguns fundos específicos. Por exemplo, uma determinada usina vai lançar um programa de ampliação pra produzir mais etanol, produzir mais açúcar. Precisa de um investimento: pode um Fiagro ser constituído para captar o recurso que a empresa precisa. Os cotistas adquirem as cotas e investem o dinheiro e têm uma rentabilidade em cima daquilo. Vale para uma granja nova que vai ser constituída, para um armazém que vai ser composto, ou seja, na própria atividade de diferentes formas e culturas, em toda a cadeia do agro, inclusive, atividades de logística.

Quais as perspectivas para o financiamento do agronegócio no país?

Considero que esse processo de financiamento do agro, o surgimento de novas modalidades está apenas se iniciando. Todos nós sabemos do papel que têm tido as chamadas fintechs, que são um processo para democratizar o crédito, fazendo grande sucesso e tendo muita repercussão. Recentemente, até levei a Associação Brasileira das Fintechs para fazer uma exposição na FPA. Então, Fiagros, títulos como CPRs, que nós conseguimos evoluir, o cooperativismo de crédito ganhando mais força, se somam numa diversidade. O que é importante é que temos conseguido na FPA, buscado em conjunto com as entidades, pensar estrategicamente o setor agro, que é o motor do Brasil.

Como se sente em ter sido escolhido pela Abag para receber o Prêmio Ney Bittencourt de Araújo – Personalidade do Agronegócio?

Uma alegria de ter reconhecido o trabalho que temos feito pelo agro, é também a renovação de um compromisso de trabalhar ainda mais. Esse prêmio, que é um prêmio tão disputado, tão almejado, eu estou muito contente por recebê-lo. Que nosso empenho com a inovação, com as novas formas de financiamento, com a criação de condições de logística e infraestrutura possa estar viabilizando nosso agro a cumprir a sua sina de continuar a ser o motor do desenvolvimento nacional. 🐾

O Parque Trianon e as seafórtias: parque histórico ou parque florestal?

O caso do corte de centenas de palmeiras seafórtias no Parque Trianon, em São Paulo

*Por Taís Tostes Graziano

A AEASP foi acionada pelo eng. agr. Rodolfo Geiser, associado e colaborador renomado da nossa associação na área de paisagismo e meio ambiente, que relatou o que estava ocorrendo no Parque Trianon, na cidade de São Paulo: o corte de centenas de palmeiras seafórtias, conhecidas também como palmeira-australiana (*Archontophoenix cunninghamiana*), pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

O episódio ocorreu sem a devida atenção da sociedade e dos engenheiros agrônomos, que são os profissionais de fato responsáveis por esse trabalho de manejo da vegetação, prevalecendo orientações de outros profissionais menos habilitados. Geiser lembrou que esse parque, com mais de 48.000 m², é, sobretudo, de interesse cultural e tem um valor histórico inestimável. Faz parte de um empreendimento imobiliário lançado em 1891 – Plano de Urbanização da Avenida Paulista – criado por nosso colega, o eng. agr. Joaquim Eugênio de Lima, que, dada sua significância para a capital paulista, justificou o nome da Medalha Joaquim Eugênio de Lima, lançada pela AEASP para homenagear os colegas que se destacam na área de Paisagismo, sendo ele o primeiro a recebê-la.

Pelo levantamento, as palmeiras estão sendo cortadas com a justificativa de que são exóticas, altamente invasoras, produzindo muita sombra, evitando regeneração natural do banco de sementes existente.

A Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) relatou que diversos estudos foram realizados no local, envolvendo também a sociedade civil, e que haverá a substituição da palmeira seafórtia por mudas nativas da Mata Atlântica. Essa decisão foi aprovada pelo Conselho Gestor do Parque em 2017 e posta em prática a partir de setembro de 2019. Foi considerada a solução dada à situação semelhante ocorrida na vegetação de Mata Atlântica da Cidade Universitária (USP), onde os cientistas do Instituto de Biociências, pesquisando o fenômeno, concluíram que a espécie invasora, que era a mesma, provocava prejuízos à flora nativa. Na ocasião (2011), foram eliminadas cerca de 10 mil seafórtias do local, substituídas por 120 espécies nativas de Mata Atlântica.

O projeto do Trianon tem como foco a preservação do remanescente de Mata Atlântica do parque, servindo para refúgio e fonte de alimentação para a fauna silvestre. Em um período de dois anos, serão removidas 750 palmeiras seafórtias, que serão substituídas por árvores nativas da Mata Atlântica. Além das ar-



vista aérea do Parque Trianon

bóreas, serão utilizadas também epífitas como bromélias e orquídeas e duas espécies de palmeiras - jerivás e juçaras. O projeto foi financiado pelo Fundo Municipal de Meio Ambiente (Fema), custou R\$ 1,8 milhão. Luciano Amaral Ribeiro, engenheiro agrônomo e assessor técnico da Divisão de Gestão de Parques Urbanos (DGPU) da SVMA, é o responsável.

O valor histórico

“O Parque Trianon foi inaugurado no dia 3 de abril de 1892, um ano após a abertura da Avenida Paulista. Foi projetado pelo paisagista francês Paul Villon e inaugurado pelo inglês Barry Parker.” Toda a área que compreende o parque e o Masp pertenceu ao coronel José Ferreira de Figueiredo, que a adquiriu em 1892, por ocasião do loteamento efetuado por Joaquim Eugênio de Lima, na antiga Chácara Bela Cintra. Vendeu-a, em 1907, a Francisco Matarazzo, que, em 1911, transferiu a propriedade à



Engenheiros agrônomos Taís Tostes Graziano e Henrique Cesar de Lima Araújo

prefeitura para ali instalar o belvedere e o jardim público, este último praticamente pronto em 1918, segundo relatório do prefeito Washington Luís Pereira de Souza. Há relato de que o terreno do parque pertencia a Joaquim Eugênio de Lima e foi doado por ele à prefeitura, em 1924.

Em 1931, o parque recebeu seu nome atual – Parque Tenente Siqueira Campos – em homenagem ao militar e político brasileiro que participou da Revolta Tenentista ocorrida em 1924. Na gestão do prefeito Faria Lima, o parque passou por várias mudanças, que tiveram a assinatura do paisagista Burler Marx e do arquiteto Clóvis Olga.

Sobre a vegetação existente na época, o que se sabe é que “o parque incorpora uma vasta vegetação composta por espécies remanescentes da Mata Atlântica, além de espécies exóticas e mudas da vegetação nativa que foram introduzidas no sub-bosque para aumentar a flora, que totaliza 135 espécies registradas. Sua vegetação é composta por bosque heterogêneo, áreas ajardinadas e horta”. No inventário da flora feito em 2021, além das nativas, são listadas várias espécies exóticas, não só as seafórtias, como alfeneiro (*Ligustrum lucidum*), cinamomo (*Melia azedarach*), eucalipto (*Eucalyptus sp.*), falsa-seringueira (*Ficus elastica*), ipê-de-el-salvador (*Tabebuia rosea*), magnólia-amarela (*Magnolia champaca*), pau-d’água (*Dracaena fragrans*), tipuana (*Tipuana tipu*), unha-de-vaca (*Bauhinia variegata*), entre outras.

O parque histórico é tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histó-

rico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat), 1982, e pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp), 1991, e possui um acervo de árvores centenárias e obras de arte relevantes.

Visita para averiguação

Com o intuito de conhecer melhor o problema, eu e o colega Henrique César de Lima Araújo, coordenador do grupo de trabalho de “Paisagismo” da AEASP, fomos até o parque, onde fomos recebidos pela sua administração. Obtivemos a informação de que o trabalho de remoção teve início em setembro de 2019 e já está na sua fase final. Já haviam sido extraídas mais de 600 plantas, faltando poucas para o término.

Não notamos o plantio de novas espécies, só a existência de material do corte a ser retirado, de maior luminosidade no local, sinal de clareira aberta, possibilitando o aparecimento de um sub-bosque, provavelmente do banco de sementes existente na área.

Considerações

Ao contrário do que publicou o jornalista Marcelo Marthe em um artigo da Veja (2017): “A ideia de retirar as plantas australianas que invadiram a mata do parque paulistano ...”, tais plantas não invadiram, elas foram plantadas! Se a manutenção do parque foi precária durante décadas, isso é outro problema. (<https://veja.abril.com.br/coluna/jardineiro-casual/as-palmeiras-da-discordia-do-parque-trianon/>)

Mesmo que sejam palmeiras exóticas, muitas das seafórtias do Parque Trianon são/eram centenárias e faziam parte do projeto de paisagistas/urbanistas renomados, colocadas ali para comporem com a vegetação existente, conforme a época indicava. O valor his-

Palmeira seafórtia



Seafórtias marcadas para o corte

tórico do projeto e da vegetação que o compõe deveriam ser considerados quando da tomada de decisão, que consideramos drástica, simplista!

O controle da disseminação das seafórtias poderia envolver outro tipo de manejo, não simplesmente sua eliminação. Poderia se pensar na eliminação seletiva das plantas, principalmente das menores, na eliminação dos cachos antes da maturação das sementes etc.

Ao que nos parece, querem tratar o parque como uma verdadeira reserva da Mata Atlântica, quando ele não passa de um parque relativamente pequeno, encruado na região mais urbanizada da capital paulista, com exemplares arbóreos importantes e representativos da MA sim, mas não é um parque florestal nem tem escala para tal. Não foi assim projetado, vide a quantidade de outras espécies exóticas no local.

O que se observa é uma verdadeira caça às seafórtias por um grupo de profissionais, o que é bastante preocupante. Será que estão pensando em adotar esse procedimento nos demais parques da cidade? Tornar-se-á um protocolo?

É necessário debatermos melhor o assunto para que danos como esse não se repitam. Nesses momentos se vê a importância da participação mais efetiva da nossa classe na discussão de alternativas e tomada de decisões.

*Taís Tostes Graziano, diretora de Comunicação da Associação de Engenheiros Agrônomos de São Paulo (AEASP) e membro do Grupo de Paisagismo da entidade

Reflexos da pandemia sobre as cadeias produtivas

Rearranjos operacionais dos hábitos de produção, distribuição, consumo e comércio

Por *Antonio Ambrósio Amaro

Faz-se necessário avaliar quais serão as mudanças que permanecerão nas cadeias de comercialização de produtos alimentícios e de insumos agrícolas e como adotar soluções para escoar a produção, manter estoques e garantir a sobrevivência dos negócios, uma vez minimizada a pandemia da Covid-19.

Para lidar com mudanças, é preciso prestar atenção nos fatos, analisar e observar que nem toda evolução significa uma mudança para melhor e/ou um aperfeiçoamento, ainda que fatores aleatórios possam provocar oscilações de preços.

O isolamento social provocou mudanças de hábitos, pois a população que se alimentava em bares e restaurantes passou a cozinhar mais em casa. Os meios digitais e mídias sociais passaram a ser grandes ferramentas de apoio no comércio de alimentos para os consumidores e na aquisição de insumos agrícolas pelos produtores.

Nesse sentido, pode-se incluir “empresas ou agentes facilitadores”, que, embora não estejam envolvidos diretamente como membros ativos da cadeia, pois não compram nem vendem alimento e/ou insumos, podem “facilitar” a execução das tarefas das empresas em seus fluxos operacionais. Como exemplos, empresas transportadoras, prestadores de serviços, bancos e financeiras, seguradoras e agências de publicidade, entre outras.

Varejo

A pandemia do Coronavírus levou o segmento varejista de alimentos a olhar com mais cuidado os seus parceiros, fornecedores, distribuidores e também mapear comportamentos do consumidor em seus hábitos de compras.

Na região metropolitana de São Paulo, as feiras livres são ainda importantes na distribuição de frutas (FLV). Segundo dados da prefeitura da cidade de São Paulo, em 2017, eram realizadas no município 880 feiras livres, funcionando de terça a domingo, de forma concentrada. Aproximadamente, 179 no sábado e 180 no domingo, mas com tendência de diminuição. Varejões foram adaptados e absorvidos pela iniciativa privada.

Para os supermercados e redes varejistas, as vendas de frutas representam crescente potencial estratégico na atração de maior número de consumidores. A participação de fruticultores e de suas associações vem aumentando a oferta ao longo dos anos.



JOSÉ TEIXEIRA FILHO

Recentemente, também pode-se observar a venda de frutas já descascadas e embaladas a vácuo e apresentadas em balcões refrigerados. Conquanto não se disponha agora dos volumes totais vendidos, tal situação exigirá, por parte dos produtores e suas associações, mais investimentos em equipamentos.

Por seu papel estratégico e acostumado com a competição, o varejo precisa de mão de obra qualificada e tem a ganhar com uma economia mais dinâmica que melhore o padrão de renda da população.

Atacado

O setor atacadista vem se transformando para cumprir suas principais funções e se adequar às exigências do mercado. Da mesma forma que nos países da Europa Ocidental, no Brasil, observa-se uma concentração de atacadistas, administrados por iniciativas privadas, para competir e cooperar com as grandes redes de supermercados e de empresas varejistas de grande porte, de modo a conseguir, por meio de contratos prestabelecidos, fornecer

produtos com selos de marca, em embalagens padronizadas, inclusive com uso de “pallets” no transporte, para entregas programadas em horas e dias, além de preços e condições de pagamento.

A pandemia e o aumento do e-commerce foram determinantes para o surgimento de menores armazéns (dark stores) como espaços reservados para atividades de armazenagem, preparação e despacho de pedidos on-line. Estar localizado em centros urbanos permite que o varejista atue como canal de distribuição mais próximo do comprador, sendo um dos principais motivos para a redução do tempo de entrega dos produtos (ideal para perecíveis e congelados), uma das exigências dos consumidores. Além disso, as distâncias mais curtas possibilitam redução de custos de frete.

É importante também pensar em canais públicos, tais como a merenda escolar, repartições oficiais, franquias e empresas de refeições coletivas para o crescimento do setor.

Consumo

A tendência de se encontrar no país cada vez mais domicílios com um ou dois moradores deverá exigir uma melhor conceituação do que se entende por produtos desidratados, semipreparados e supergelados. Abertos às novidades, consumidores querem conhecer novos produtos e marcas.

No curto prazo, é provável que as empresas se voltem a produtos com menores custos de produção, que atinjam uma faixa maior de consumidores. Qual o tamanho das indústrias dado os elevados custos de transporte? Não será mais razoável descentralizar a produção, construindo unidades menores?

Em função das decisões de compra do consumidor, será fundamental investir em qualidade nos pomares e na pós-colheita, principalmente no que diz respeito à logística de distribuição, e na criação quase indispensável de uma marca por parte do produtor e/ou do distribuidor com vistas à fidelização do consumidor mais exigente.

Os consumidores continuarão a gastar quando suas perspectivas não



forem tão altas quanto costumavam ser? Comprarão em uma loja física ou on-line?

Produção agrícola

Os produtores de vegetais ou animais devem garantir que a propriedade tenha os suprimentos necessários para suportar pequenas interrupções. Assim, devem estar atentos ao fechamento de estabelecimentos comerciais que fornecem itens essenciais para a propriedade, como rações, medicamentos, defensivos agrícolas, adubos e equipamentos e evitar a escassez desses itens.

Outrossim, nas tarefas que eram feitas com recursos humanos, haverá perda de empregos e, portanto, serão exigidas responsabilidades sociais das empresas e dos produtores, em particular, com treinamento de seus empregados.

No caso de caminhoneiros e prestadores de serviços no carregamento da produção e entrega de insumos, o ideal é que sejam sempre as mesmas pessoas e usem aparelhos de comunicação.

Levantamento das Unidades de Produção Agropecuária - LUPA (Censo no Estado de São Paulo), de 2016/2017, realizado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, mostrou que 85% dos mais de 350 mil imóveis no Estado possuíam menos de 100 hectares. Nesses estabelecimentos se produz grande diversidade de produtos típicos para empreendimentos rurais de pequeno e médio porte. Cabe ressaltar a necessidade de um plano-safra para 2022/2023 que venha a atendê-los de forma diferenciada e que se preste mais atenção aos consumidores,

visto que a inflação está aumentando no mundo todo e que se agravou com o conflito entre Rússia e Ucrânia.

Considerações

Conquanto se considere que “ter opiniões difere de ter argumentos”, tem-se observado na mídia que, passada a epidemia, no Brasil se poderá registrar mais solidariedade e associativismo no agronegócio. Porém, será necessário aprofundar mais análises, em especial nas relações entre os agentes das cadeias produtivas e comerciais.

Assim, o conhecimento de dados a respeito do agronegócio brasileiro será uma importante ferramenta a ser utilizada para definição de estratégias eficientes e coerentes com a realidade dos mercados. Alterações que envolverão logística, comunicação e apoio financeiro para manter as vendas e mesmo ampliá-las, exigindo modernas técnicas agrônômicas.

Estudos indicam que economias baseadas em conhecimento têm desempenho superior às de países ricos em recursos naturais, embora esses elementos possam também contribuir para gerar algum nível de riqueza. É oportuno salientar a importância da participação e do trabalho dos engenheiros agrônomos na geração e difusão dos conhecimentos no agronegócio brasileiro. Na adoção de tecnologias, devem ser considerados também a experiência, os anos dedicados à atividade e o nível de instrução dos produtores.

O papel do Estado é de investir em instituições de natureza técnica e científica, com visão de longo prazo e de fixar regras. O das empresas é de investir, competir e fazer gestões para elevar a produtividade.

Destaco, ainda, que o Brasil vem apresentando taxas positivas de geração de empregos e abertura de novas empresas. Há também muitos projetos nas áreas de infraestrutura já contratados e em estruturação, como ferrovias e navegação. 🌱

*Dr. Antonio Ambrósio Amaro é engenheiro agrônomo e pesquisador científico aposentado do Instituto de Economia Agrícola, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

O promissor mercado de carbono

O papel do agro na estruturação e no desenvolvimento desse novo segmento no Brasil

*Por Jaqueline Braz

Há 20 anos, surgia no Rio de Janeiro o mercado de carbono. Foi na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO-92, que o conceito se estabeleceu, mas ainda distante de ser o que se tornou hoje. Inicialmente, foi criada a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática para desenvolver o tema. Já em 1997, os países signatários se reuniram em Quioto, no Japão, onde decidiram assumir compromissos mais rígidos para reduzir as emissões de gases de efeito estufa a fim de enfrentar as mudanças climáticas. Daí surge o Protocolo de Quioto.

O mercado de carbono foi uma das principais soluções encontradas para incentivar a redução da emissão de gases de efeito estufa. A partir desse mercado, a redução das emissões passa a ser algo que pode gerar valor econômico. Os países que superarem as metas de redução dos gases de efeito estufa comercializam o excedente para aquelas nações que não conseguirem alcançar o nível de diminuição necessário.

Atualmente, a preocupação é a regulamentação do mercado global de carbono, um dos principais pontos discutidos na COP26. O foco é descarbonizar as economias e sistemas produtivos com objetivo de manter o aquecimento do planeta em 1,5°C em relação aos níveis de antes da revolução industrial, conforme prevê o Acordo de Paris. “Como nós tivemos no passado, na Conferência do Clima, o Brasil teve um papel preponderante e completamente decisivo para que o mercado global de carbono fosse estabelecido”, comenta Marcelo Freire, secretário de Clima e Relações Internacionais do Ministério do Meio Ambiente.

O comércio internacional, praticado em algumas partes do mundo, será facilitado com a regulamentação proposta na COP26. No Brasil, só agora a regulamentação começa a se efetivar, mesmo com todo o potencial existente no país. O primeiro passo foi dado em 19 de maio de 2022, com o Decreto nº 11.075, que instituiu o mercado regulado de carbono, com foco na exportação de créditos, especialmente para países e empresas que precisam compensar emissões para cumprir com seus compromissos de neutralidade de carbono.

O regramento, aguardado desde 2009, traz elementos inéditos, como os conceitos de crédito de carbono



Marcelo Freire, secretário de Clima e Relações Internacionais do Ministério do Meio Ambiente

e crédito de metano, unidades de estoque de carbono e o sistema de registro nacional de emissões e reduções de emissões e de transações de créditos. Prevê, ainda, a possibilidade adicional de registro de pegada de carbono dos produtos, processos e atividades, carbono de vegetação nativa e o carbono no solo, contemplando os produtores rurais e os mais de 280 milhões de hectares de floresta nativa protegidos, além do carbono azul, presente em nossas vastas áreas marinhas, costeiras e fluviais relacionadas, incluindo mangues.

Especialistas consideram a regulamentação um avanço, contudo, apontam que há falhas e lacunas que faltam ser preenchidas, conforme avalia Daniel Vargas, coordenador do observatório de Bioeconomia da FGV Agro. “Não há uma definição clara de como esse sistema de registro nacional acontecerá. Mas já é um passo que o governo cria, um órgão, um local central em que esses registros se darão.”

Segundo Vargas, um dos problemas é a metodologia de metrificação do crédito de carbono gerado no Brasil, pois está sendo feito com base em metodologias cria-



Daniel Vargas, coordenador do Observatório de Bioeconomia da FGV Agro

das, por exemplo, na Europa. “Quando você transplanta para uma realidade distinta, o efeito pode ser muito diverso, seja de excluir o mérito de atividades sustentáveis que nós temos aqui, a começar por atividades na agropecuária, ou simplesmente ignorar que nós somos uma verdadeira estufa a céu aberto com uma enorme capacidade”, aponta.

Para ele, são três pontos principais que devem ser considerados: “O primeiro, o Brasil precisa ver o verde

O que é o carbono

O carbono é um elemento químico essencial para a vida na Terra, contudo também pode ser danoso para o planeta, especialmente acelerando o aquecimento global. Apesar de indispensável para a formação de seres vivos, duas moléculas com carbono estão entre as principais causas do efeito estufa: o dióxido de carbono (CO₂) e o metano (CH₄).

As moléculas são importantes, pois absorvem radiação infravermelha que vem da luz solar e, conseqüentemente, aquecem a Terra. O problema mora, porém, no aquecimento exagerado que ocorre derivado da emissão desses gases de efeito estufa (CO₂ e CH₄), que só cresce. O resultado é o desequilíbrio ambiental, como as secas e o derretimento de geleiras.

O crédito de carbono pode ser gerado de diferentes formas e por diferentes entidades. Alguns exemplos se encontram no agronegócio, como o manejo sustentável do solo, recuperação de pastagens, produção por meio do uso de Sistemas de Integração como a Lavoura-Pecuária-Floresta, adoção de sistemas agroflorestais, investimento em uma matriz energética renovável e gestão de resíduos. Com essas práticas, há sequestro de carbono da atmosfera, que passa a ser estocado no solo.



Foto aérea da FS, indústria de etanol de milho em Sorriso (MT)

Contribuições da agropecuária

Para atender à exigência do consumidor por produtos mais sustentáveis, o agro investe em reduzir emissões de carbono desde as fazendas. Produtores rurais estão atentos ao assunto, como no caso da Fazenda Retiro Santo Antônio, em que o proprietário investe em diversas práticas com foco na sustentabilidade.

A fazenda, com área de 123 hectares, está localizada aos pés da Serra da Mantiqueira paulista, no município de Santo Antônio do Jardim, a 190 quilômetros



Jefferson Adorno, proprietário da Kaynã

da capital. No local, são produzidos todos os produtos com a marca Kaynã, como o café especial, o fubá de milho moído em moinho de pedra e o mel. Além desses, também é produzido silagem de milho ensacada para alimentação animal e uma pequena criação de gado. A fazenda ainda recebe turistas para conhecer um pouco da história da propriedade e acompanhar o cotidiano da propriedade.

A partir de um trabalho que considera o tripé ESG - Environmental, Social and Governance, a fazenda se preocupa em atuar em diversas frentes que promovem a sustentabilidade e vai em busca de ser um alimento com baixa carga de emissão de gases poluentes. Para isso, diversas medidas são adotadas. Uma delas é a compensação do carbono emitido na entrega dos produtos ao consumidor.

Por meio de uma parceria com a empresa Eccaplan, foi implantado o Programa CO2. "Ao fim do mês, eu envio para a empresa uma tabela com cada venda feita na loja on-line. Com base nas informações de entrega, eles calculam quanto foi emitido de CO2 por cada remessa e, então, eles passam quanto preciso compensar para neutralizar as emissões. Geralmente, neutralizamos cerca de 200 quilos de CO2 por mês. Então, eu pago à Eccaplan o valor referente aos créditos de carbono suficientes para compensar o que é emitido", explica Jefferson Adorno, proprietário da Kaynã.

A informação da compensação é depois repassada ao consumidor: "Cada cliente nosso, ao fim do semestre, recebe o certificado da compensação do CO2 da compra realizada, então é tudo feito de uma forma bastante transparente", conta Adorno.

Com o intuito de combater as mudanças climáticas, o Brasil desenvolveu um programa para promover a produção de biocombustíveis e a redução das emissões de CO2. A Política Nacional de Biocombustível, ou Renovabio, é um programa que incentiva o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na rede de transportes do país, trata-se da

primeira iniciativa de créditos de carbono regulamentada em território nacional.

O RenovaBio permite a compra de Créditos de Descarbo-nização (CBIO) comercializados em um mercado próprio. Os créditos são exatamente as emissões de carbono que foram evitadas com o uso de produtos menos poluentes, por empresas produtoras de biocombustíveis, assim, distribuidores de combustíveis fósseis podem comprar CBIOs para compensar as emissões de gás carbônico dos combustíveis que vendem, equilibrando as emissões de GEE. As usinas certificadas adquirem CBIOs, que podem ser comercializados na bolsa de valores. As certificações valem por três anos e, após esse período, precisam ser renovadas.

A FS é uma indústria de etanol de milho, primeira e única do agronegócio brasileiro a utilizar exclusivamente o cereal como matéria-prima, que tem como meta ser o maior produtor de combustível carbono negativo do mundo. A produção de etanol de suas indústrias, no Mato Grosso, incluindo a terceira planta, em construção, podem evitar emissões de quase 3 milhões de toneladas de carbono por ano. Esse número equivale a deixar de queimar 1,8 milhão de toneladas de carvão mineral.

Cada vez que se usa um litro do etanol, há uma redução de 80% de emissão de carbono, na comparação com a gasolina.

Mas a empresa quer ir além. "Estamos trabalhando para instalar um processo de Captura e Estocagem de Carbono na planta de Lucas até 2024. Se tudo se materializar, conforme o previsto, estocaremos 400 mil toneladas de carbono a 2 quilômetros de profundidade do solo, reduzindo nossa pegada de carbono em 30gCO2/MJ, o que nos colocaria em uma posição de combustível carbono negativo", informa Daniel Costa Lopes, vice-presidente executivo de Sustentabilidade e Novos Negócios da FS.

O investimento no sistema, inédito no Brasil, é de R\$ 250 milhões. O carbono é parte da estratégia da companhia e, segundo o executivo, "num futuro não muito distante, pode ser um negócio de bilhão".



Daniel Costa Lopes, vice-presidente executivo de Sustentabilidade e Novos Negócios da FS

Sucessão familiar na agropecuária

Os desafios e os caminhos viáveis para preparar as novas gerações das empresas agrícolas

O processo de sucessão familiar demanda muita atenção das empresas em qualquer ramo de atividade. E, na agropecuária, a questão tem sido motivo de preocupação, por isso a Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo (AEASP) convidou o especialista Cláudio Pinheiro Machado Filho para abordar o tema em uma palestra. Ele é professor doutor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), possui formação acadêmica em Engenharia Agrônoma pela ESALQ-USP, pós-doutor em Governança (FEA-USP) e professor visitante da Universidade de Wageningen (Holanda).

O evento presencial ocorreu em 26 de maio na sede da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (Faesp) e reuniu profissionais da agronomia e produtores rurais.

Na abertura do encontro, o gerente regional do Crea-SP, engenheiro civil Rodrigo Zorzetto, explanou sobre os trabalhos do órgão, com destaque para a busca pela modernização pela atual gestão, e a importância da participação e do entendimento dos profissionais acerca das ações desenvolvidas.

Também presente à abertura do evento, o segundo tesoureiro da FAESP, Pedro Luiz Olivieri Lucchesi, enfatizou: "A sucessão familiar é um assunto que vem nos preocupando muito". E continuou: "Hoje, 80% dos proprietários tocam a propriedade, a segunda geração não passa de 50%, a terceira não chega a 20% e a quarta, menos de 1%. O assunto é alarmante, principalmente para o pequeno produtor, que vai se dissolvendo ao longo do tempo". Ele também salientou a importância da AEASP e dos engenheiros agrônomos. "São essenciais para nossa produção, que vem triplicando na mesma área, graças aos engenheiros agrônomos".

Ao dar boas-vindas aos presentes, o presidente da AEASP, Henrique Mazotini, fez questão de agradecer às entidades parceiras, Faesp, Crea, e Mútua. Em relação ao conteúdo da palestra, Mazotini disse que a entidade identificou a oportunidade de levar esse conhecimento para os engenheiros agrônomos, "uma vez que o profissional é o elo com os produtores".

Ana Meire Coelho Figueiredo, diretora administrativa da AEASP, que atuou como cerimonialista no evento, falou sobre o relacionamento entre a associação e a Faesp. "Nós, da AEASP, temos uma consideração enorme pela Faesp. É uma parceria de longa data", frisou.



O palestrante Claudio Pinheiro abordou diversos pontos da gestão das empresas rurais de diferentes portes e apresentou as particularidades das empresas familiares, bem como seus potenciais e também suas vulnerabilidades. Ele justificou as vantagens de se fazer a sucessão familiar e apontou caminhos.

Governança, desafios da profissionalização, transmissão de conhecimento, meritocracia, sistemas e ferramentas de controle foram alguns dos tópicos tratados por Pinheiro. O evento foi gravado e está à disposição no canal do YouTube da AEASP, o AEASP Nova Geração.

VOCÊ CONHECE A FUNDAG?

A Fundação de Apoio à Pesquisa Agrícola começou em 1991 e hoje caminha ao lado dos principais institutos de pesquisa, instituições de extensão, universidades e empresas públicas e privadas do meio agro em geral. Há 31 anos a Fundag vem contribuindo para o desenvolvimento do agronegócio, fomentando a ciência e a tecnologia do setor. São mais de 3 décadas proporcionando a inovação, sustentabilidade e crescimento da agropecuária e seu meio ambiente.

NOSSOS NÚMEROS

+1500
Projetos

+550
Parceiros

+15
Países

Números que reforçam nossa história, seriedade e transparência.

NOSSOS SERVIÇOS

GESTÃO DE PROJETOS

GESTÃO FINANCEIRA

GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

GESTÃO DE BOLSAS

ASSESSORIA JURÍDICA

APOIO NA ORGANIZAÇÃO DE CURSOS E EVENTOS

APOIO E VENDA DE PUBLICAÇÕES

Entre em contato e conheça os nossos serviços!

fundag@fundag.br | +55 19 3739 8035

📍 Rua Dona Libânia, 2.017 - Campinas (SP)



Venha fazer — Parte da — Caixa de Assistência dos Profissionais do CREA

Ao se tornar associado, fica muito mais fácil investir em você e na sua carreira: recursos financeiros com juros a partir de 0,2% a.m., previdência complementar exclusiva, além de planos de saúde e convênios com grandes marcas.

O valor da contribuição anual varia de R\$ 160 a R\$ 200 - descontos para antecipação e pontualidade -, e desse montante, R\$ 50 (cota de associatividade) são revertidos para a conta do TecnoPrev do associado, no mês de aniversário de inscrição, após quitar sua anuidade vigente, e protegendo você e sua família com os benefícios sociais informados acima.

Invista na sua profissão, nos seus sonhos e molde o seu futuro.

CONHEÇA UM DOS
BENEFÍCIOS DA MÚTUA:

BENEFÍCIOS REEMBOLSÁVEIS

BENEFÍCIOS SOCIAIS

TECNOPREV

CLUBE MÚTUA DE VANTAGENS

VAMOS CONVERSAR
SOBRE O SEU FUTURO?

EXISTE UM PLANO DE PREVIDÊNCIA
EXCLUSIVO PARA O PROFISSIONAL DO CREA,
COM A SEGURANÇA DO BANCO DO BRASIL.

UM PLANO COMPLETO, COM COBERTURAS
ADICIONAIS E TAXA ZERO DE CARREGAMENTO.

A RENTABILIDADE?

20,82% NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS.

OUTRO DIFERENCIAL É A TRIBUTAÇÃO DO
IMPOSTO DE RENDA: APENAS NO RESGATE.
É POSSÍVEL, AINDA, DEDUZIR EM ATÉ 12%
DA SUA RENDA BRUTA ANUAL OS VALORES
INVESTIDOS NO TECNOPREV.

ENTRE EM CONTATO COM A MÚTUA-SP E
SEJA PARTICIPANTE!



PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

MAG
SEGUROS

Administrado por

BBPREVIDÊNCIA



LIGUE 0800 161 0003

WHATSAPP BUSINESS: 11 3257-3750

E-MAIL: sp@mutua.com.br

INSTAGRAM: @mutua.sp